

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial – CENTRO ESTADUAL DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE INSUMOS DE SAÚDE- CEADIS - SERVIÇO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO-SECONCI

Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP

CEADIS - Centro Estadual de Armazenamento e Distribuição de Insumos de Saúde

CNPJ nº 61.687.356/0026-98

Demonstrações Financeiras

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)				Demonstrações Financeiras			
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.232.648	10.914.120	Fornecedores	4	1.202.507	2.133.704
Adiantamentos		29.851	28.382	Obrigações trabalhistas e tributárias	5	1.530.646	1.533.967
Despesas antecipadas		423.942	302.445	Subvenção governamental para custeio	6	1.775.988	6.490.919
Total do ativo circulante		4.686.441	11.244.947	Subvenção governamental para investimentos	7.1	-	907.440
Não circulante				Total do passivo circulante		4.509.141	11.066.030
Depósitos judiciais	8.2	7.486	12.486	Não circulante			
Total do realizável a longo prazo		7.486	12.486	Provisão para contingências	8	184.786	191.403
Total do ativo não circulante		7.486	12.486	Total do passivo não circulante		184.786	191.403
Total do ativo		4.693.927	11.257.433	Total do passivo		4.693.927	11.257.433
Ativo compensação				Patrimônio líquido			
Imobilizado	7.2	7.853.495	7.351.678	Patrimônio social		-	-
Intangível	7.2	43.215	43.215	Total do patrimônio líquido		-	-
Total do ativo compensação		7.896.710	7.394.893	Total do passivo e patrimônio líquido		4.693.927	11.257.433
Demonstrações dos Resultados Abrangentes dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)				Demonstrações de Resultados dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)			
		2022	2021			2022	2021
Superávit do exercício		-	-	Receitas operacionais			
Resultados abrangentes		-	-	Receitas de serviços prestados	9	31.667.196	35.306.823
Resultado abrangente total do exercício		-	-	Custos de serviços prestados	10	(28.039.356)	(31.511.366)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Resultado bruto		3.627.840	3.795.457
				Despesas operacionais			
				Administrativas e gerais	10	(4.674.327)	(4.269.170)
				Demais despesas operacionais	10	(31.887)	(74.196)
				(Déficit) operacional antes do resultado financeiro		(1.078.374)	(547.909)
				Resultado financeiro, líquido			
				Receitas financeiras	11	1.080.493	549.695
				Despesas financeiras	11	(2.119)	(1.786)
				Superávit do exercício		1.078.374	547.909
				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Relatório Execução Orçamentária - Período 01/01/2022 a 31/12/2022

Valor R\$ 10.905.120,23

Saldo de caixa em 31/12/2021

Demonstrativo dos Repasses Públicos Recebidos

Origem dos Recursos: Estadual

Data prevista para o repasse	Valores previstos R\$	Documento de crédito nº	Notas de empenho nº	Data	Valores repassados R\$
07/01/2022	2.245.090,00	2022OB00659	2022NE00064	07/01/2022	2.245.090,00
07/02/2022	2.245.090,00	2022OB10474	2022NE00190	04/02/2022	2.245.090,00
08/03/2022	2.245.090,00	2022OB13838	2022NE00342	04/03/2022	2.245.090,00
07/04/2022	2.245.090,00	2022OB22163	2022NE00342	06/04/2022	2.245.090,00
06/05/2022	2.245.090,00	2022OB32412	2022NE00342	06/05/2022	2.245.090,00
07/06/2022	2.245.090,00	2022OB43971	2022NE00342	06/06/2022	2.245.090,00
07/07/2022	2.245.090,00	2022OB57489	2022NE00342	06/07/2022	2.245.090,00
05/08/2022	2.245.090,00	2022OB69578	2022NE00342	05/08/2022	2.245.090,00
08/09/2022	2.245.090,00	2022OB81953	2022NE00342	06/09/2022	2.245.090,00
07/10/2022	2.245.090,00	2022OB94409	2022NE00342	06/10/2022	2.245.090,00
08/11/2022	2.245.090,00	2022OBA7807	2022NE00342	07/11/2022	2.245.090,00
07/12/2022	2.245.090,00	2022OBC2652	2022NE00342	06/12/2022	2.245.090,00
Subtotal					26.941.080,00
Receitas com aplicações financeiras dos repasses públicos					914.127,99
Outras receitas					320.589,88
Recursos próprios aplicados pela organização social					-
Total das receitas					28.175.797,87
Total das despesas no exercício 2022					34.848.269,99
Recurso público não aplicado					4.232.648,11
Valor devolvido ao contratante					-
Valor autorizado para aplicação no exercício seguinte					4.232.648,11

Relatório de Execução Técnica - Período 01/01/2022 a 31/12/2022

Performance

Indicadores	Meta	Realizado
Mínimo de 99% de materiais recebidos e disponibilizados no mesmo dia	99%	100,00%
Mínimo de 98% de acuracidade de estoque mensurados em (R\$)	98%	99,99%
Mínimo de 99,7% de estoque sem perdas de material (avarias, erros, extravio e outros)	99,7%	99,99%
Mínimo de 96% de requisições entregues no prazo acordado nas áreas	96%	99,22%
Mínimo de 99% de requisições entregues completas e corretas	99%	99,99%

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 (Em Reais)

1. Contexto operacional: O Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP ("Entidade"), fundado em 20 de março de 1964, é pessoa jurídica de direito privado, constituído sob a forma de associação, filantrópica e sem finalidade de lucros, destinado a prestar assistência social, promoção e prevenção à saúde, educação e demais atividades afins à população. Foi declarado de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 63.204 de 03 de setembro de 1968, Lei Estadual nº 22 de 25 de setembro de 1972 e Decreto nº 9.526 de 18 de junho de 1971, alterado pelo Decreto nº 49.794, de 21 de julho de 2008. É portador do Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social - CEBAS - conforme Portaria nº 714, de 03 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 05 de outubro de 2022, parecer técnico nº 348/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.182019/2020-48, que defere a renovação do certificado com validade pelo período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023. Em 1998, foi promulgado da Lei Complementar nº 846/98 aprovada pela Assembleia Legislativa, o Governo do Estado de São Paulo passou a qualificar entidades filantrópicas para a celebração de Contratos de Gestão com vistas à operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde de unidades públicas. Assim sendo, a entidade foi qualificada pelo Governo do Estado de São Paulo, como Organização Social de Saúde - "OSS". Em decorrência destas qualificações e da experiência adquirida ao longo dos anos, a entidade participou de chamamento público e foi vencedora no processo de seleção, assumindo a gestão do Centro Estadual de Armazenamento e Distribuição de Insumos de Saúde (CEADIS). A Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em abril de 2009 e incorporou a Unidade Dispensadora Tenente Pena (UDTP) em fevereiro de 2013. Em fevereiro de 2021, foi assinado o termo de aditamento para inclusão da operação logística para distribuição da vacina Covid-19, no âmbito do Estado de São Paulo, em atendimento ao PNI - Plano Nacional de Imunização.

2. Apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis:**2.1. Base de apresentação: Declaração de conformidade:**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 "Entidades sem Finalidade de Lucros" e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 8 - Reconhecimento e mensuração da provisão para contingências.** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **Principais práticas contábeis: a. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". De acordo com o Contrato de Gestão, a Entidade deve aplicar financeiramente todos os recursos enquanto estes não forem efetivamente aplicados em sua finalidade, quer seja custeio ou investimento. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de

curto prazo de até 90 dias, visando a continuidade normal das atividades da Entidade. **b. Imobilizado e Intangível: (i) Reconhecimento e mensuração - Imobilizado e Intangível:** Os elementos do ativo imobilizado e intangível são reconhecidos ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos. Os bens adquiridos para as unidades públicas administradas pela Entidade no âmbito do contrato de gestão, por se tratarem de bens do Estado de São Paulo são controlados em contas de compensação, da mesma forma que a subvenção para investimentos aplicados. Os ativos imobilizados e intangíveis utilizados nas operações do centro estadual de armazenamento e distribuição de insumos, são bens patrimoniais públicos que estão sob a responsabilidade da Entidade, durante a vigência do Contrato de Gestão são destinados a operacionalização das atividades de serviços de saúde. Visando a formalização da cessão dos bens móveis, anualmente são emitidos os termos de permissão de uso, que visam a incorporação dos mesmos a Administração Pública. **c. Obrigações trabalhistas e tributárias:** Representam os valores de tributos e contribuições devidos pela Entidade. O referido grupo contempla também as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos. **d. Subvenções governamentais:** Quando destinados ao custeio, os recursos são creditados no grupo de conta "Receitas com Contratos de Gestão" no resultado do exercício, para fazer face às despesas incorridas. As subvenções para investimentos são reconhecidas como subvenção a aplicar no passivo circulante, sendo reconhecida como recurso de subvenção aplicada no momento das aquisições dos ativos, as quais são controladas em contas de compensações. **e. Outros ativos e passivos (circulante e não circulante):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **f. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **g. Receita operacional: (i) Receita com contrato de gestão e operacionalização de serviços:** A Entidade, qualificada como Organização Social de Saúde, através de Contratos de Gestão, celebra parcerias de gestão de serviço de saúde no âmbito do Estado de São Paulo. A legislação estadual regulamentou as parcerias com entidades filantrópicas, que passaram a ser qualificadas como Organizações Sociais de Saúde (OSS) e que, em decorrência dessa qualificação, adquiriram o direito de celebrar Contrato de Gestão de Serviços com a Secretaria de Saúde. Visando o gerenciamento de equipamentos públicos de saúde, as legislações determinaram ainda que estes equipamentos gerenciados pelas OSS atendam exclusivamente ao Sistema Único de Saúde (SUS). A remuneração do contrato de gestão é definida de acordo com suas características de atendimento, orçamento de custeio pré-fixado, baseado em um sistema de custos referente à produção das principais áreas de atuação do equipamento e em indicadores de organização do serviço, ou seja, conforme preconizado na contratualização de serviços, sendo estabelecidas metas quantitativas e qualitativas para o acolhimento do usuário SUS, humanização, entre outras. Ao final de cada exercício, é celebrado termos de retificação ao contrato de gestão vigente, em que valor do recurso financeiro (receita) é definido conforme as metas propostas em relação às atividades. **h. Receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. **i. Apuração do resultado:** As receitas decorrentes de subvenções do contrato de gestão, custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas, respeitando-se o princípio da competência. As subvenções decorrentes do contrato de gestão são reconhecidas conforme os valores previstos nos contratos celebrados com o poder público. **j. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber do Estado são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que

Demonstrações de Resultados dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)			
	Nota	2022	2021
Receitas operacionais			
Receitas de serviços prestados	9	31.667.196	35.306.823
Custos de serviços prestados	10	(28.039.356)	(31.511.366)
Resultado bruto		3.627.840	3.795.457
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	10	(4.674.327)	(4.269.170)
Demais despesas operacionais	10	(31.887)	(74.196)
(Déficit) operacional antes do resultado financeiro		(1.078.374)	(547.909)
Resultado financeiro, líquido			
Receitas financeiras	11	1.080.493	549.695
Despesas financeiras	11	(2.119)	(1.786)
Superávit do exercício		1.078.374	547.909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 01/01/2021	-	-	-
Incorporação do superávit do exercício	-	-	-
Superávit do exercício	-	-	-
Saldos em 31/12/2021	-	-	-
Incorporação do superávit do exercício	-	-	-
Superávit do exercício	-	-	-
Saldos em 31/12/2022	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Superávit do exercício	-	-
Provisão para contingências	26.888	74.196
(Aumento) Redução nos ativos em		
Adiantamentos	(1.469)	10.779
Despesas antecipadas	(121.497)	39.566
Depósitos judiciais	5.000	-
Aumento (Redução) nos passivos em		
Fornecedores	(931.197)	1.388.612
Obrigações trabalhistas e tributárias	(3.321)	84.949
Subvenção governamental para custeio	(4.714.931)	4.582.851
Contingências pagas	(33.505)	(75.612)
Fluxo de caixa proveniente utilizado nas atividades operacionais	(5.774.032)	6.105.341
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Subvenção governamental para investimentos	(907.440)	907.440
Fluxo de caixa líquido proveniente nas atividades de investimento	(907.440)	907.440
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(6.681.472)	7.012.781
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	10.914.120	3.901.339
No final do exercício	4.232.648	10.914.120
	(6.681.472)	7.012.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

seja um contas a receber do Estado sem um componente de financiamento (ativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR ("Valor Justo por meio do Resultado"), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber do Estado sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Entidade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaamento contábil que de outra forma surgiria. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços. **(iii) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados na categoria de outros passivos financeiros. Estes, por sua vez, são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores. **(iv) Desreconhecimento:** A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirar. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(v) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(vi) Instrumentos financeiros derivativos:** A Entidade não possuía em 31 de dezembro de 2022 e 2021 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de hedge. **(vii) Redução ao valor recuperável (impairment):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda